



GT 25. Corpo, gênero e sexualidade: presenças, ausências e urgências em tempos de retrocesso

Coordenador(es):

Mônica Lourdes Franch Gutiérrez (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Silvana de Souza Nascimento (USP - Universidade de São Paulo)

Esta proposta busca mapear pesquisas situadas no diálogo entre os estudos de gênero, sexualidade, corpo e saúde. Partimos do pressuposto de que vivemos um contexto paradoxal. Por um lado, a expansão da produção têm possibilitado complexificar o conhecimento sobre relações de gênero, práticas sexuais, normatividades, sociabilidades, territorialidades, corporeidades, colaborando para uma resistência acadêmica à reprodução de formas de desigualdade estruturais e arcaicas na sociedade brasileira. Por outro lado, o avanço do neoconservadorismo e a ofensiva neoliberal ameaçam direitos sexuais e reprodutivos, provocam o desmonte do Estado e fragilizam as condições para a produção de conhecimento nas questões ligadas a gênero e sexualidade. Urge refletir sobre qual tem sido nossa agenda de pesquisa, que temas têm nos mobilizado e que assuntos têm tido menos espaço nos nossos fóruns de debate. Nesse sentido, o GT busca aglutinar trabalhos que nos ajudem a compreender práticas, identidades e saberes na contramão da heterocisnormatividade hegemônica, mas também modelos de heterossexualidade e masculinidade mais tradicionais, mainstream, ou até mesmo conservadores, que se colocam como força contrária à autonomia das mulheres e à defesa dos direitos humanos. As apresentações podem girar em torno de temas como contracepção, maternidade, aborto, HIV/Aids, diversidade sexual, transexualidade, transformações corporais, bissexualidade, mulheres lésbicas, relações raciais, entre outros.

Dispositivos biomédicos para contracepção e esterilização feminina: semânticas que articulam ciência, gênero, reprodução e Estado

Autoria: Elaine Reis Brandão (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

No Brasil, trava-se uma cruzada moral nos poderes legislativo e executivo para cerceamento de práticas contraceptivas e de situações permitidas em lei para aborto. Temas como ampliação de permissivos legais para aborto, dispensação do misoprostol em farmácias, ampliação do acesso à contracepção de emergência, inclusão dos métodos contraceptivos reversíveis de longa duração (LARC) no Sistema Único de Saúde, descriminalização do aborto, despertam fortes reações de grupos religiosos pró-vida. Neste dramático contexto, as mulheres encontram dificuldades para garantia de métodos contraceptivos ou da laqueadura no SUS, passados mais de 20 anos da Lei nº 9.263 de Planejamento Familiar no país (1996). Assim, investigam-se os sentidos e usos sociais de dispositivos biomédicos para contracepção e esterilização que circulam no Brasil, sob o prisma de categorias analíticas como "coerção reprodutiva" e "justiça reprodutiva". A partir de situações empíricas delimitadas, que envolvem iniciativas institucionais públicas, de um lado, para inserção de métodos contraceptivos reversíveis de longa duração, de outro lado, para inserção do dispositivo permanente para controle reprodutivo, designado Essure®, o qual reatualiza dilemas éticos apontados na ocasião das pesquisas clínicas com o Norplant, busca-se analisar as circunstâncias sociais nas quais tais dispositivos são ofertados às mulheres usuárias do Sistema Único de Saúde. Examinar modos de gestão estatal que afetam práticas sexuais e reprodutivas nos ajuda a compreender formas de apropriação peculiares de novas tecnologias biomédicas em políticas públicas de planejamento reprodutivo. Amparada em referenciais da antropologia do gênero e da sexualidade e em estudos sociais das ciências, a pesquisa se apoia em vasta documentação sobre tais iniciativas disponíveis na web. É necessário problematizar



estratégias comumente utilizadas pelo Estado em aliança ao poder médico que colocam o princípio da autonomia reprodutiva das mulheres em questão.



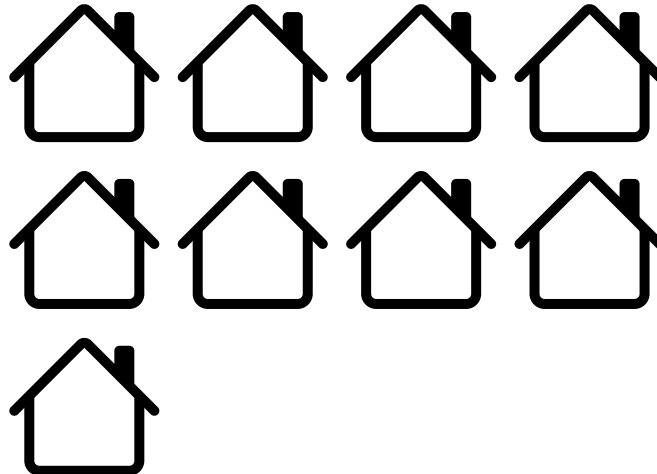
Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: